AGOSTO 2002

MÉDIO ORIENTE: DEBAIXO DE FOGO EM GAZA. pág. 78

Grande Reportagem

ULTRAMAR SECRETO

Cassanje: a história de um massacre

Em Janeiro de 1961, uma rebelião de camponeses das plantações de algodão, em Angola, acabou no maior banho de sangue causado pelos militares portugueses no Ultramar. Numa investigação inédita, contamos um dos capítulos mais trágicos e menos conhecidos da Guerra Colonial – a revolta da Baixa do Cassanje.

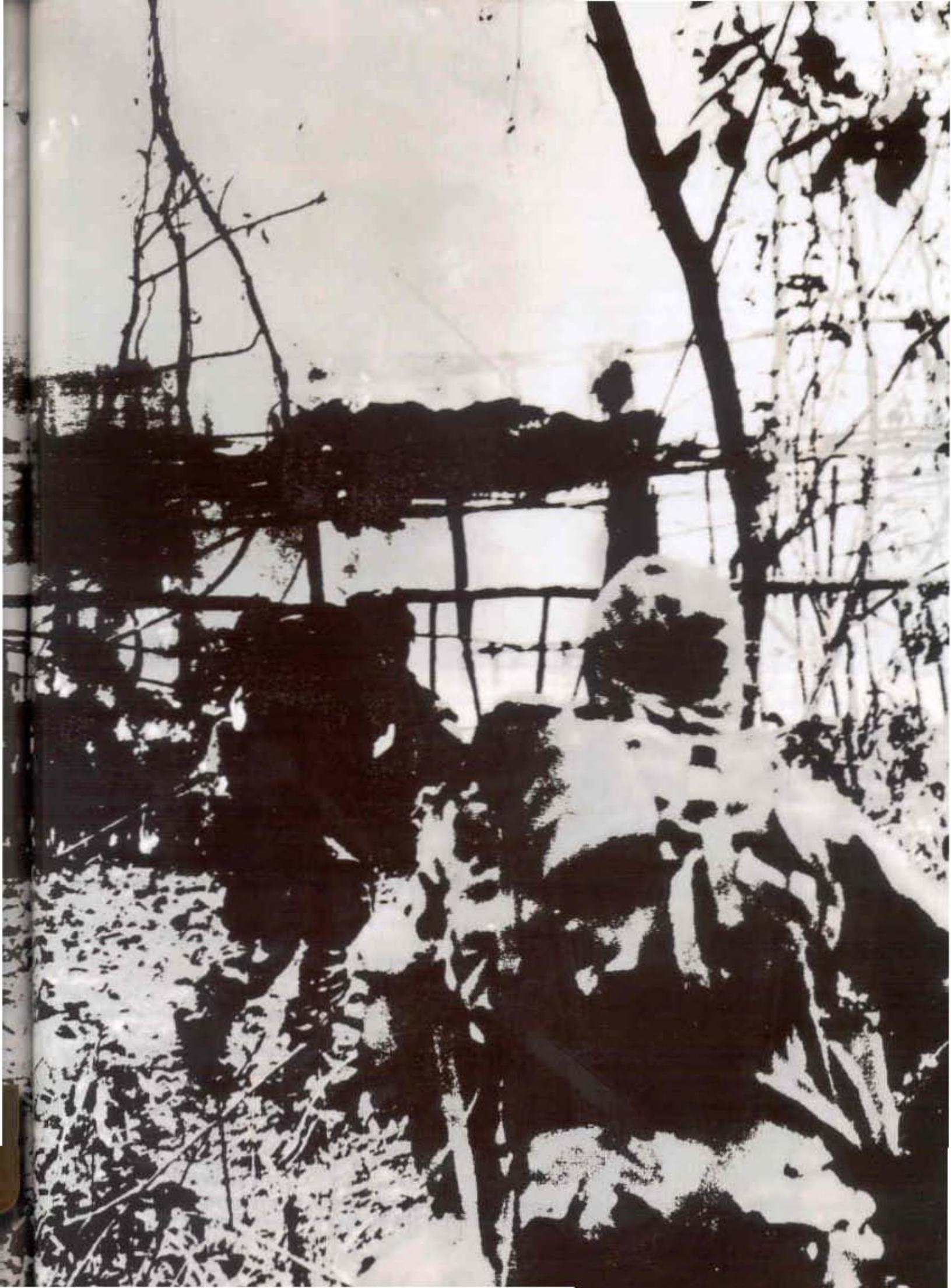
ENTREVISTA Alexandre Quintanilha sobre ciência, DNA, clonagem e felicid

A operação que pôs cobro à revolta dos camponeses da Baixa do Cassanje, em Angola, no início de 1961, terá sido o maior massacre cometido pelos militares portugueses no Ultramar. Mas a verdadeira dimensão desta tragédia, que começou com uma greve nos campos de algodão e descambou em bombardeamentos de *napalm*, permanece desconhecida. Foram centenas ou milhares de mortos? Uma história de sangue, exploração e misticismo, que marcou o princípio do fim do império colonial.

Baixa do Cassange

Texto de **Francisco Camacho**

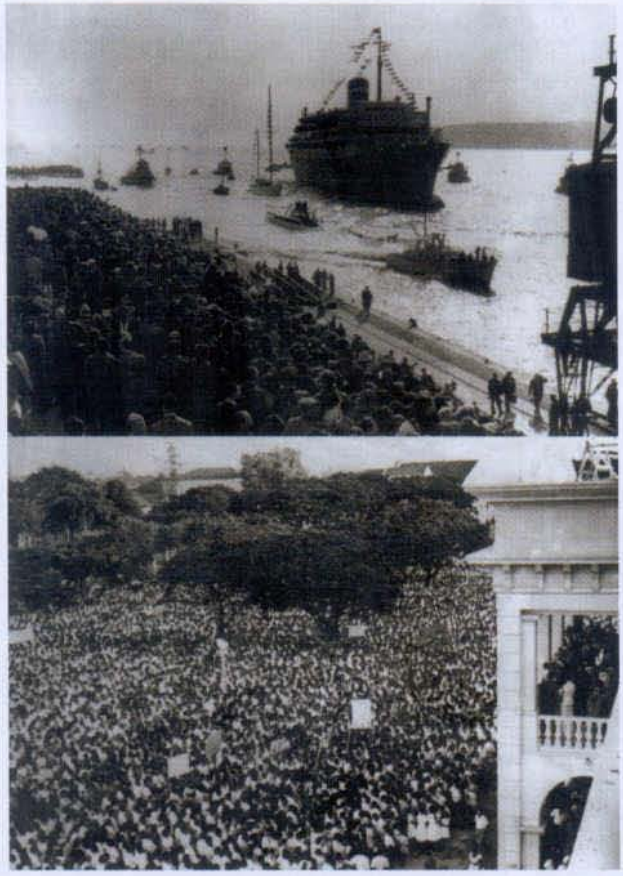
O MASSACRE QUE VEIO DO CÉ



O inspector do Ministério do Ultramar termina o relatório secreto com um sério aviso ao governo de Salazar: «Considero o condicionalismo político-social na Baixa do Cassanje extraordinariamente perigoso para a segurança do Estado português.»

O ano de todos os abalos para o império de Salazar é 1961. Os sobressaltos começam logo a 22 de Janeiro, com o assalto ao paquete *Santa Maria*. Prosseguem a 4 de Fevereiro, com os ataques à cadeia militar, ao posto da Emissora Nacional e ao quartel da PSP em Luanda. Acentuam-se a 15 de Março, com a chacina levada a cabo pela UPA no Norte de Angola. Continuam a 13 de Abril, com a tentativa de golpe de Estado do ministro da Defesa, Botelho Moniz – e prolongam-se pelo ano fora, em vários episódios amargos para o governo da nação, como a tomada do Forte de Ajudá pelas tropas do Daomé, a 1 de Agosto, o desvio de um avião da TAP por Hermínio da Palma Inácio, a 10 de Novembro, ou ainda, qual cereja no bolo, a queda de Goa, Damão e Diu, a 19 de Dezembro.

No penúltimo dia desse ano acidentado, ainda mal refeito da perda dos territórios na Índia, Salazar reúne os ministros e coloca a hipótese de Portugal abandonar as Nações Unidas. Antes orgulhosamente só que mal acompanhado, e a verdade é que o ditador tem o mundo inteiro contra ele. Salazar consegue até a proeza de desagradar a gregos e a troianos: Kennedy empenha-se tanto ou mais do que Khrushtchev em dificultar-lhe a governação. Há números que não só ilustram bem o mal-estar de Salazar como ajudam a esclarecer a razão de tantas inimizades fora de portas: em Janeiro de 1961 existem 1500 soldados em Angola; em Dezembro, serão mais de trinta mil. A causa de todas as condenações são as colónias de que o presidente do Conselho não quer abrir mão. Angola passou a ter por perto várias nações independentes – Senegal, Guiné-Conacri, os dois Congos – mas Salazar continua de costas voltadas aos «ventos de mudança», observados um ano antes pelo primeiro-ministro inglês Harold MacMillan, e é acusado por países como a irrequieta Libéria de «atrasar o relógio da História». Nem só de imagens poéticas vivem os ataques a Lisboa. A delegação do Mali na ONU classifica de «cega, ignominiosa, cínica e louca» a política ultramarina portuguesa e os representantes da Índia apelidam Portugal de «país racista». Num abaixo-assinado em Maio de 1961, deputados trabalhistas ingleses dizem-se «horrorizados» com a guerra nas colónias portuguesas, alertando o mundo para o «massacre de milhares de africanos debaixo da opressão brutal da ditadura». Em Setembro, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros fala em «guerra de aniquilação e extermínio do povo angolano», enquanto as autoridades do Gana pintam outro quadro devastador: «Portugal já matou cem mil angolanos, homens, mulheres e crianças, e está a liquidar todos os habitantes que sabem ler, escrever e andar de bicicleta.»



ABALOS. Chegada do *Santa Maria* a Alcântara e protestos em Angola contra Neru: do assalto de Henrique Galvão, em Janeiro, à queda de Goa, Damão e Diu, em Dezembro, 1961 é um ano de desgraças para Salazar.

Há certos exageros que não colam, mas o governo português está no olho do furacão. Os inimigos do Império desdobram-se em esforços para juntar provas de violências e abusos cometidos nas colónias portuguesas. No entanto, há alguns factos comprometedores que irão permanecer à margem das atenções do mundo. Incidentes ocorridos numa extensa região algodoeira do Norte de Angola, ainda a guerra não começara verdadeiramente nem os movimentos nacionalistas se manifestavam com violência, evidenciam os piores defeitos apontados ao colonialismo português: analfabetismo total, trabalho obrigatório, deslocações forçadas e maus tratos; um quadro de exploração e miséria que descamba numa revolta de agricultores logo reprimida a tiros de metralhadora e a bombas de *napalm*, causando centenas ou mesmo milhares de mortos entre uma população rural armada de catanas e canhangulos. No entanto, quis o destino, ou a opacidade do Estado Novo, que os confrontos sangrentos de Janeiro e Fevereiro de 1961 na região da Baixa do Cassanje passassem praticamente despercebidos. Até hoje.

A primeira de todas as contrariedades que Salazar irá enfrentar nesses tempos desastrosos de 1961 começa a insinuar-se nos finais do ano anterior, pouco depois da independência do Congo Belga, país com o qual o Norte de Angola partilha não só algumas centenas de quilómetros de fronteira como também afinidades étnicas e culturais.

Em Agosto de 1960, um inspector do Gabinete de Negócios Políticos (GNP) do Ministério do Ultramar desloca-se à Baixa do Cassanje para medir o pulso às populações desta imensa depressão geográfica. Só por pouco Portugal continental não cabe lá dentro. São oitenta mil quilómetros quadrados, na sua maioria cobertos por campos de algodão, distribuídos pelos distritos de Malanje e da Lunda e vigiados por uma escarpa abrupta

EXPLORAÇÃO. «O agricultor da Baixa do Cassanje, que cultiva obrigatoriamente o algodão, está em condições muito mais desvantajosas do que qualquer outro indígena de Angola», escreve-se num relatório do governo. A revolta está por dias.

de seiscentos metros de altura, que dificulta o acesso a esta planície de tamanho impensável para qualquer espírito europeu e onde «o tão falado calor dos trópicos mais se faz sentir».

Não é só na temperatura insuportável que o inspector João Pereira Neto encontra semelhanças entre a Baixa do Cassanje e uma panela ao lume. Cerca de dois meses antes da visita do inspector ao local tinham sido registados distúrbios na região algodoeira do Catete, próxima de Luanda, e embora não houvesse ainda sinais de instabilidade na Baixa do Cassanje, o enviado do GNP parece adivinhar a rebelião que está prestes a eclodir neste manto branco habitado por cerca de 150 mil almas e mantido por quase 35 mil agricultores e respectivas famílias, todos eles coagidos a cultivar e a vender o algodão à empresa concessionária da zona: a Cotonang.

De regresso à metrópole, num «apontamento» secreto datado de 29 de Novembro de 1960, João Pereira Neto informa os seus superiores de que «o estado da população não será o mais conveniente, principalmente o das crianças». E observa: «O agricultor da Baixa do Cassanje, a quem não é permitida a saída da zona algodoeira e que cultiva obrigatoriamente o algodão, está em condições muito mais desvantajosas do que qualquer outro indígena de Angola. [...] Aufere um salário cinco ou seis vezes menor do que auferiria se estivesse a trabalhar sozinho ou por conta de outrem, e o concessionário tem um custo de produção cinco ou seis vezes menor do que o dos produtores de qualquer género.» O inspector do GNP termina o relatório com um sério aviso ao governo de Salazar: «Atendendo a que parte do distrito de Malanje confina com o ex-Congo Belga, considero o condicionalismo político-social vigente na Baixa do Cassanje extraordinariamente perigoso para a segurança interna e externa do Estado português.»

Resguardada de olhares exteriores e com os movimentos dos nativos devidamente controlados por capatazes e chefes de posto, o enorme feudo da Cotonang é habitado por povos de comprovada tradição lutadora, maioritariamente das etnias mbundu e bakongo. O domínio dos portugueses nesta área de Angola não é uma história assim tão antiga. Só em 1911, e depois de muito sangue derramado, é que as tropas lusitanas conseguem vergar os bravos da região e liquidar o antigo reino do Cassanje. Como mais tarde dirá Pinto Resende, o comandante da 2.ª Região Aérea, em Luanda, numa carta para o Estado-Maior, «a inconsciência tem sido tal que não se tomaram em consideração as características dominadoras e guerreiras da tribo dos maholos, habitantes da Baixa do Cassanje, que já aquando da pacificação portuguesa do século passado se revelaram dificilmente domináveis e extremamente perigosos. Fizemos deles agricultores de algodão, claro que à força, e agora estamos a deitar-lhes bombas em cima».

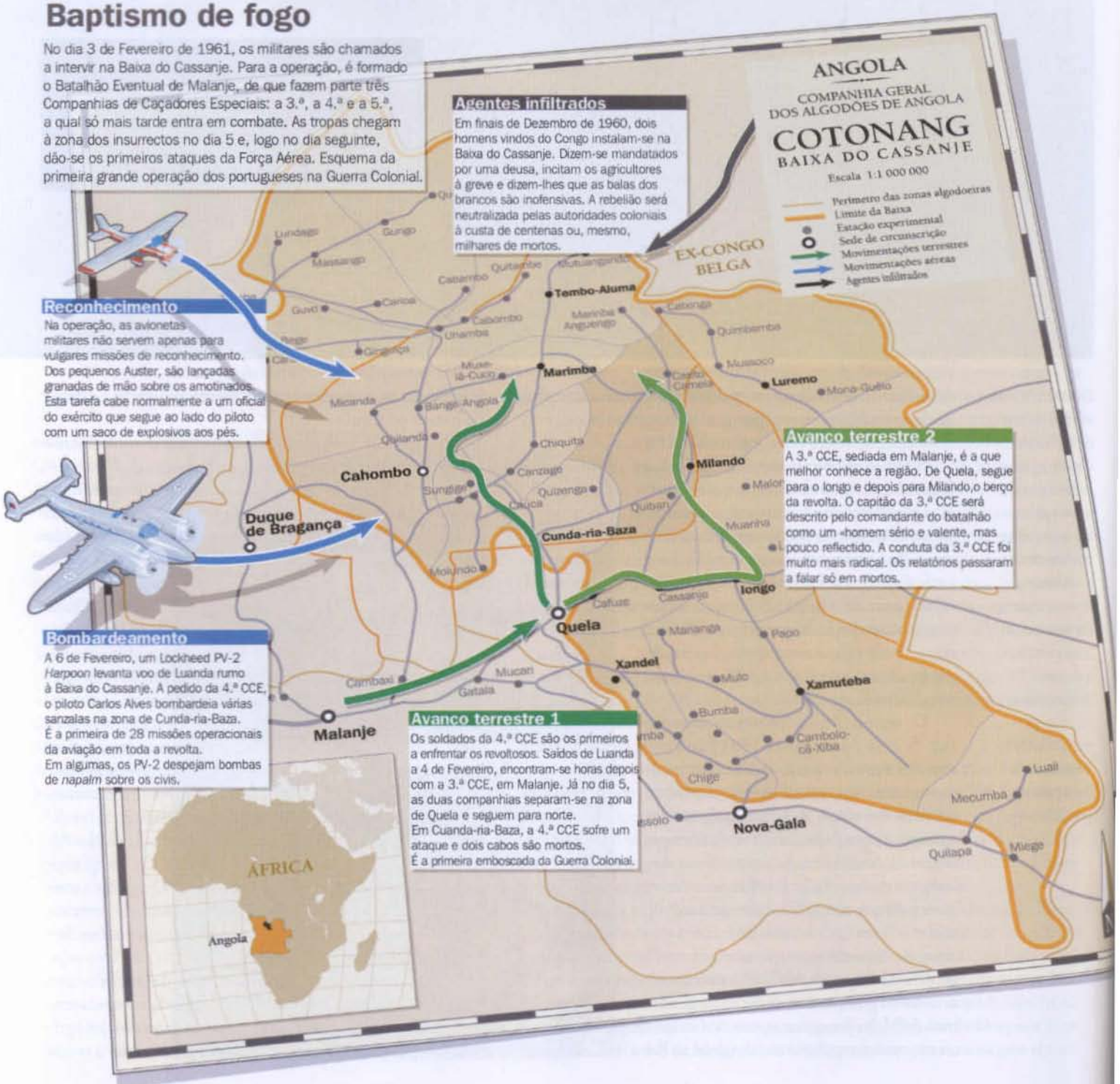
Os habitantes só muito dificilmente se adaptam às condições de vida e trabalho impostas pela Companhia Geral dos Algodões de Angola SARL. Mais conhecida por Cotonang, a sociedade de capitais luso-belgas, fundada em 1926, ganha a concessão desta vasta zona algodoeira num despacho do governo-geral, de Março de 1947, que também lhe concede poderes dignos de um senhor feudal. As gentes da Baixa do Cassanje, mulheres e crianças incluídas, são retiradas das suas aldeias e obrigadas a cultivar o algodão em terrenos indicados pela empresa. Salários, não existem. Os únicos rendimentos dos agricultores aparecem no final de cada campanha, com a venda

obrigatória do algodão à Cotonang, que estabelece preços reduzidos e frequentemente compra produto de primeira classe a valores de segunda. Se alguma cheia ou outro imprevisto acontece nas lavras que têm a cargo, os agricultores ficam entregues ao seu azar: a Cotonang não os compensa pela perda inesperada de um ano de trabalho nem tão-pouco lhes presta assistência com fertilizantes ou pesticidas; se o terreno que cultivam começa a dar sinais de saturação, os capatazes da empresa forçam-nos a deslocar-se para locais a quinze ou vinte quilómetros das suas cubatas; e se os campos junto às aldeias são bons para o algodão, os agricultores, depois de horas a fio de trabalho árduo, vêem-se obrigados a percorrer grandes distâncias até às terras afastadas onde já é permitido que cultivem os seus alimentos. Esta última imposição resulta frequentemente em casos de fome mas, numa bizarra escala de prioridades, a Cotonang coloca o algodão à frente da sobrevivência de quem o produz. Os camponeses da Baixa do Cassanje pouco mais são do que escravos.

Esta é uma zona fértil para o algodão. Mas também para as tão temidas «actividades subversivas» que, a qualquer momento, ameaçam transpor as fronteiras com o Congo independente. Vindo do país vizinho, dois «agitadores» atravessam um afluente do rio Cuango e instalam-se na Baixa do Cassanje em Dezembro de 1960. A mando de quem,

Baptismo de fogo

No dia 3 de Fevereiro de 1961, os militares são chamados a intervir na Baixa do Cassanje. Para a operação, é formado o Batalhão Eventual de Malanje, de que fazem parte três Companhias de Caçadores Especiais: a 3.ª, a 4.ª e a 5.ª, a qual só mais tarde entra em combate. As tropas chegam à zona dos insurrectos no dia 5 e, logo no dia seguinte, dão-se os primeiros ataques da Força Aérea. Esquema da primeira grande operação dos portugueses na Guerra Colonial.



FEUDO. A Baixa do Cassanje é uma infindável planície branca controlada pela poderosa empresa Cotonang e da qual os nativos estão proibidos de sair. Soba num mercado de algodão, armazém da companhia e agricultoras na colheira, em fotografias feitas na época.

isso ficará para sempre no segredo dos deuses e será alvo das mais diversas especulações: UPA, MPLA ou qualquer movimento congolês apostado em conquistar adeptos do outro lado da fronteira [ver caixa nas páginas 68-69]. De resto, a cartilha que os forasteiros pregam aos agricultores é pouco ortodoxa e diverge do incitamento clássico à revolta lançado pelas organizações que querem a independência. Os dois homens chegados do Congo misturam fervor nacionalista com doses maciças de misticismo e dizem-se mandatados por uma deusa protectora dos negros, de nome «Maria» que lhes aparecera na zona de Cassulo-Cuenda, e ordenara que espalhassem a boa nova junto das populações oprimidas pelo colonialismo – a sua descida à Terra estava para breve e, quando o milagre acontecesse, o domínio dos brancos chegaria ao fim e a vida dos negros iria melhorar após séculos de sofrimento. Para receberem a salvadora, as populações são submetidas a rituais de iniciação e levadas a respeitar quinze mandamentos. Entre outros, devem evitar qualquer tipo de contacto com os brancos, abandonar de vez o trabalho nos campos de algodão, ignorar a autoridade dos chefes tradicionais, queimar todos os símbolos religiosos e, num gesto que encherá subitamente os cofres dos poucos comerciantes estabelecidos na zona, gastar todo o dinheiro que tenham amealhado, pois «Maria» se encarregará de distribuir riquezas na sua descida à Terra. As armas não abundam e as que existem são obsoletas. Mas os sacerdotes dizem ao seu rebanho para não temer as retaliações dos colonos – as armas dos brancos apenas deitam água, garantem.

Janeiro é tempo de começar a plantar o algodão. Em vez disso, milhares de agricultores furtam-se ao trabalho, entram em greve, recusam-se a pagar «a taxa pessoal anual» que o Estado português lhes exige e dizem que seguem ordens de «Maria», mas também de Kasavubu e Lumumba, respectivamente o primeiro presidente e o primeiro chefe de governo do Congo livre. É enorme a confusão de referências políticas dos amotinados – há muito que Joseph Kasavubu se tornou um adversário de Patrice Lumumba (o qual é assassinado por esta época, na região do Catanga) mas, além de adoptarem os dois rivais como figuras inspiradoras da revolta, alguns insubordinados também exibem material de propaganda do Partido de Solidariedade Africana, o congolês PSA, liderado pelo comunista Antoine Gizenga. Tudo sob os auspícios de «Maria».

Os protestos começam na zona do posto administrativo de Milando, uma das mais isoladas e com menos população branca. E logo se alastram a áreas como Tembo Aluma, Xandel, Iongo, Xa Muteba, Tala Mungongo, Lurema. Os camponeses da Baixa do Cassanje queimam as sementes fornecidas pela Cotonang, agitam as catanas e as ferramentas de trabalho em marchas pelos caminhos de terra que dividem os campos de cultivo, rasgam as cadernetas de identificação, cortam estradas, matam animais domésticos, destroem pontes e jangadas nos rios Lui, Cuango e Cambo, atacam lojas e armazéns à pedrada e invadem as poucas missões católicas existentes em toda a região, num rebuliço que afugenta alguns comerciantes. As mulheres e os filhos dos funcionários da Cotonang nas zonas mais agitadas são rapidamente evacuados para a cidade de Malanje. Na noite de 12 de Janeiro, um capataz mestiço da empresa é assassinado a tiro de zagalote quando tenta atravessar uma sanzala do posto de Milando ocupada pelos amotinados. Para além de dois soldados abatidos mais tarde num ataque em Cunda-ria-Baza, que ficou para a história como a primeira emboscada sofrida pelos portugueses na guerra colonial, o capataz Manuel Parra será o único civil morto pelos sublevados durante toda a revolta. Aliás, a pouca violência exercida pelos insurrectos merecerá destaque num relatório secreto enviado à Presidência do Conselho pelo chefe dos serviços técnicos da Junta de Algodão de Angola: «Frise-se que [os revoltosos] evitam a iniciativa de qualquer agressão corporal aos brancos.»

Seja como for, o alerta está lançado. O enxovao à autoridade dos brancos não pode continuar. Escreve o inspector Manuel Martins em mais um «apontamento» confidencial do Gabinete dos Negócios Políticos: «Os indígenas dançavam e cantavam ruidosamente, repetindo o refrão *mueneputu tuge ia gingilis*, que significa "o governo português é excremento de passarinho".»

A notícia de distúrbios em Milando chega a Lisboa no dia 12 de Janeiro, por intermédio de um telegrama do governador-geral de Angola, Álvaro da Silva Tavares. Mas, ao contrário do que Salazar dirá uns meses depois para manifestar o seu apego às colónias ultramarinas, as tropas não avançam rapidamente e em força para o local da agitação. Devido às chuvas torrenciais, as picadas para a Baixa do Cassanje estão intransitáveis e os pontões de madeira sobre os leitos dos rios encontram-se submersos. As patrulhas de rotina que percorrem a região têm os seus veículos num estado lastimoso. E, embora de construção recente, o campo de aviação do posto de Milando

«não permite aterragens por falta de consolidação». Perante o cenário, as autoridades civis e militares decidem adiar o castigo dos insurrectos.

Pela mesma altura, um relatório da delegação de Luanda da PIDE dirigido ao director-geral da polícia secreta tenta sossegar as hostes em Lisboa, esclarecendo que a revolta «se verificou apenas pela cultura do algodão, tendo por base as injustiças de que os indígenas são vítimas e que são do conhecimento do governo». Coisa pouca, portanto. No entanto, as altas instâncias da PIDE preferem não acreditar nesta versão e uma «nota» discordante é acrescentada no final do relatório de Luanda: «Supõe-se que a cultura do algodão é o pretexto. A causa, de origens absolutamente subversivas, tem de se filiar num movimento internacional, com base nos "movimentos de independência".» A 30 de Janeiro, no primeiro «apontamento» que faz sobre a revolta na Baixa do Cassanje, o Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar pronuncia-se sobre as divergências no seio da PIDE: «Parece-nos que ambas as teses em oposição têm visos de verdade e que só associando-as poderemos chegar à justa determinação das causas reais dos incidentes.» O inspector do GNP, Manuel Martins, admite todos os cenários possíveis e não exclui a hipótese de conspiração internacional: «Embora não estejamos convencidos de que a agitação na Baixa do Cassanje com eles tenham ligações directas, parece-nos conveniente relembrar os seguintes factos chegados ultimamente ao conhecimento deste gabinete: a) a reunião que o grupo afro-asiático levou a cabo em Nova Iorque antes do encerramento da última Assembleia da ONU, onde foi resolvido dar prioridade à independência de Angola e Moçambique e conseguir o início, dentro de seis meses, de pequenas revoltas na primeira daquelas províncias, a começar pela Lunda, com a esperança de que Portugal promovesse uma repressão que daria origem à convocação de uma reunião extraordinária da Assembleia da ONU, para se ocupar do caso português e pedir a intervenção internacional; b) as declarações de Robert Holden [sic], feitas em reunião recente do Comité Central da UPA, sobre a intenção de instalar um governo provisório de Angola e sobre o início, na mesma província, da acção subversiva; c) as repetidas referências à necessidade de entrada em acção directa, constantes de panfletos e de declarações de dirigentes das organizações subversivas.» Sobretudo com base no primeiro ponto, o governo português hesita em avançar com acções de retaliação. Teme-se que uma acção precipitada tenha consequências no plano internacional. Se no terreno a situação é escaldante, em Lisboa o assunto ficará em banho-maria por mais alguns dias. Muito embora o inspector do Gabinete de Negócios Políticos não se coíba de sugerir: «Parece-nos não ser conveniente perder-se tempo com averiguações policiais para determinação dos responsáveis pelo incidente de Milando e a morte do capataz sem que antes seja exercida uma acção punitiva de carácter colectivo.»

O MPLA, A UPA E ANTÓNIO MARIANO

Quem lançou a revolta?

«No seu calvário, Mariano foi alegadamente espancado e mutilado, até que as autoridades o amarraram dentro de uma saca e o puseram num camião para a prisão de Malanje. Quando, uns dias depois da sua chegada a Malanje, a mãe, Catarina Pimenta de Canâmbua, lhe levou comida, disseram-lhe para não se incomodar mais. Era a forma habitual e indirecta de informar os parentes e os amigos da morte de um prisioneiro africano.»

Desde 1997 que o dia 4 de Janeiro, considerado pelas autoridades de Luanda como a data de início da sublevação da Baixa do Cassanje, é feriado nacional em Angola. No entanto, é pouco provável que o partido de José Eduardo dos Santos tenha contribuído de alguma forma para a revolta dos camponeses da Cotonang. Ao contrário do que o governo português temeu na altura, curiosamente, nenhum movimento nacionalista tirou proveito deste episódio tão comprometedor para o regime de Salazar como precioso para a propaganda antiportuguesa. As reivindicações só surgiriam mais tarde.

Em finais de 1962, cerca de ano e meio após os incidentes, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) assumiu responsabilidades na revolta dos agricultores. Mário Pinto de Andrade, então presidente do MPLA, afirmou que, depois de lançarem os distúrbios do 4 de Fevereiro, em Luanda, alguns elementos do seu movimento tinham partido para a Baixa do Cassanje e organizado os trabalhadores das plantações contra «as práticas abusivas» da Cotonang. As palavras de Pinto de Andrade foram pouco convincentes. Traída pelas datas (quando rebentou o 4 de Fevereiro, já as tropas portugueses estavam a caminho da Baixa do Cassanje), esta reivindicação seria ainda desmentida por declarações feitas alguns anos depois, em Brazzaville, pelos responsáveis do MPLA, Domingos da Silva e Lúcio Lara.

A União dos Povos de Angola (UPA) reagiu ainda mais tardiamente aos acontecimentos nos campos de algodão. E, mesmo assim, assumindo apenas uma participação indirecta. Segundo um artigo escrito em 1966 pelo então primeiro vice-presidente da organização, Rosário Neto, o líder da revolta tinha sido um angolano de Malanje chamado António Mariano, que emigrara para o Congo e aí conseguira trabalho como motorista de um chefe tradicional do povo maholo, deslocando-se frequentemente ao volante de um *Chevrolet* a Léopoldville, onde acabaria por tomar contacto com a propaganda da UPA. Mariano, garantiu o vice-presidente do movimento, misturava o ideal nacionalista com misticismo religioso, «pregando o evangelho da UPA com hossanas a Lumumba e a Simão Kimbango» (respectivamente o primeiro chefe de governo do Congo livre e o líder de uma religião sincrética com grande peso na região fronteiriça dos dois países). Esta combinação, segundo Rosário Neto, revelou-se explosiva na Baixa do Cassanje: «A palavra de ordem [a greve] lançada pela UPA e propagada por Mariano correu à velocidade de um furacão.»

De acordo com o investigador norte-americano John Marcum, António Mariano foi preso em Março de 1961, na sequência da repressão militar na Baixa do Cassanje, juntamente com o chefe tradicional de Kula Xingu, quando se encontravam em

A Cotonang pretende que a sublevação seja rapidamente esmagada e não se conforma com a paralisia das autoridades. A produção encontra-se parada. Um colosso da economia angolana está ferido de morte. «Os indígenas continuam a não ir aos campos», observa Augusto Ferreira, agente da empresa no sector de Cunda, numa mensagem à direcção da Cotonang. «Passam os dias nas sanzalas ou passeando muito despreocupadamente, servindo-se de tudo o que se possa pensar para justificarem o seu procedimento, inclusive a descarada desculpa de que andam maçados de tanto trabalhar. É o cúmulo, e só o receio de que todo o odioso da situação recaia sobre nós nos tem contido para não sermos mais severos.» Das zonas onde a estratégia dos revoltosos ultrapassa a perturbante resistência passiva, chegam apelos dramáticos às instalações da empresa em Malanje: «Em meu nome pessoal, dos meus colegas e dos agentes de campo, a maioria chefes de família e com filhos», escreve o agente Júlio Vicente, «peço à direcção para elaborar novos moldes de actuação nas campanhas agrícolas da Baixa do Cassanje, que garantam tanto quanto é humanamente possível a nossa segurança, pois a situação é muito delicada para os empregados de mato da Cotonang.» Os lamentos percorrem toda a cadeia hierárquica da companhia. Numa carta enviada a 3 de Fevereiro à sede, em Lisboa, o administrador-delegado Fonseca George prepara os superiores para o pior: «É impossível prever qual será o desenrolar dos acontecimentos, bem como até que ponto virá a ser afectada a campanha algodoeira, que consideramos praticamente perdida em muitos dos nossos sectores.» Do mal o menos, o responsável máximo da Cotonang em Angola sublinha: os empregados permanecem nos seus postos «a aguardar a ocupação militar que nos foi prometida pelo governador-geral».

Fonseca George faz tudo para que a tropa intervenha, de modo a minimizar as perdas da empresa. Referindo-se ao administrador-delegado da Cotonang, o comandante da 2.ª Região

ISOLAMENTO. Composto por meia dúzia de palhotas, um «forte português» na Baixa do Cassanje. Fotografia de 1959.

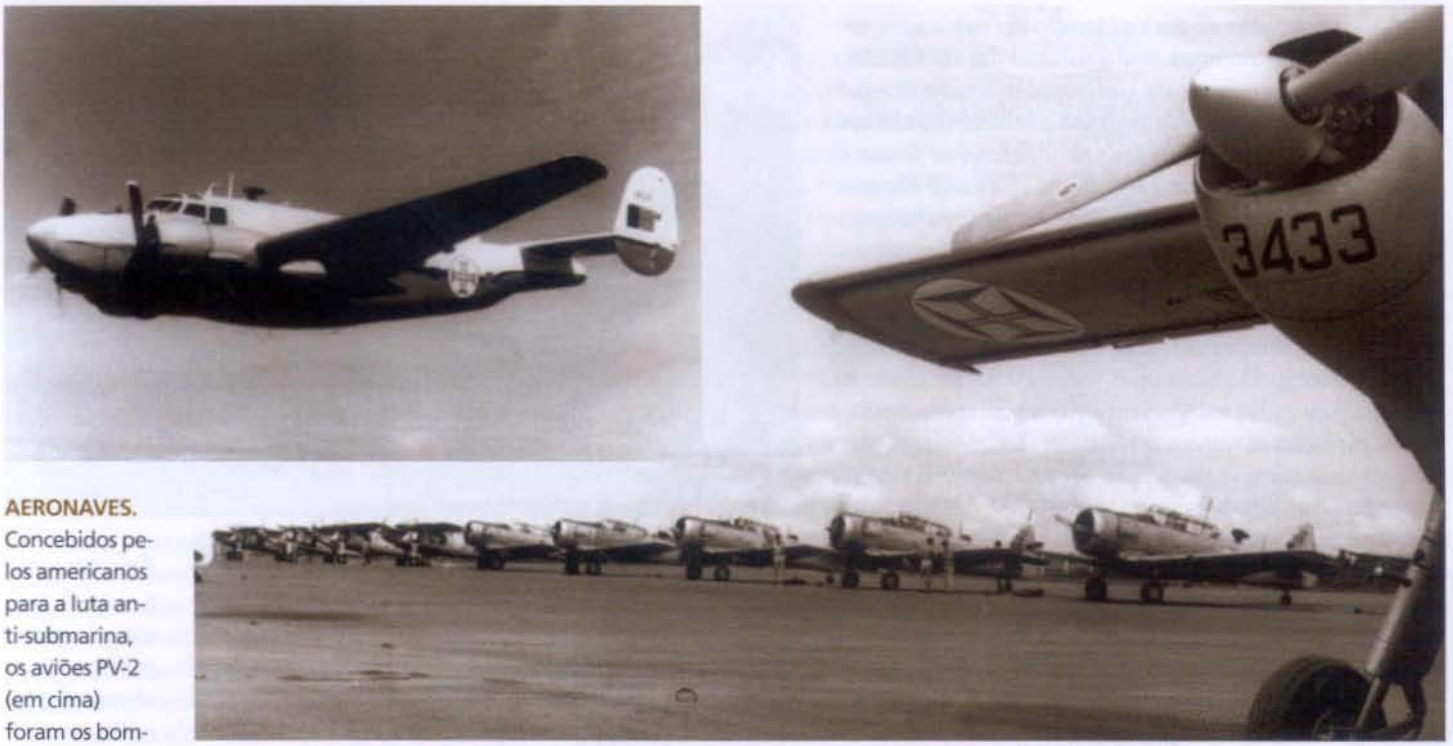
Luremo, no distrito da Lunda. «Os prisioneiros foram levados para a missão católica de Mussuco [a menos de vinte milhas da fronteira congolesa], que tinha sido convertida num posto de comando português», conta John Marcum. «No seu calvário, Mariano foi alegadamente espancado e mutilado, até que as autoridades o amarraram dentro de uma saca e o puseram num camião para a prisão de Malanje. Quando, uns dias depois da sua chegada a Malanje, a mãe, Catarina Pimenta de Canâmbua, lhe levou comida, disseram-lhe para não se incomodar mais. Era a forma habitual e indirecta de informar os parentes e os amigos da morte de um prisioneiro africano.»

Segundo o investigador angolano Carlos Pacheco, «António Mariano não era senão o regedor da Baixa do Cassanje, partidarista da UPA e com estreitas ligações ao cónego Manuel das Neves», um dos principais cérebros da organização presidida por Holden Roberto. Assegura que, no dia 25 de Dezembro de 1960, Mariano «recebeu uma mensagem daquele prelado para que se preparasse um levante na região. O portador da mensagem foi um militante da UPA que eu entrevistei em Luanda». Carlos Pacheco, que irá publicar no próximo ano um livro sobre a cadeia de acontecimenentos registados no início de 1961, intitulado *Angola, o Grito que Veio do Silêncio*, não tem quaisquer dúvidas sobre as ligações políticas do profeta de Malanje, mas diz que Mariano não foi o único responsável pela revolta: «Ele teve um papel central nos acontecimentos, contudo não foi o único na UPA, pois não se pode esquecer o mérito de outros activistas deste movimento, como o Manuel Tomás da Costa», disse o historiador à GRANDE REPORTAGEM.

No pouco que se escreveu até hoje sobre a Baixa do Cassanje, António Mariano é a única figura apontada como o líder da revolta no terreno, apesar de não haver nenhuma referência a este nome em dezenas de relatórios secretos elaborados pela PIDE, pelo governo ou pelas chefias militares a propósito dos acontecimentos na Baixa do Cassanje. Na maior parte dos documentos em que se tenta identificar o movimento por detrás das agitações, o nome mais citado é o do Partido da Solidariedade Africa (PSA), uma organização comunista congolesa liderada por Antoine Gizenga, que tinha na região de fronteira com Angola uma das suas principais zonas de influência. Mas nada disto exclui, obviamente, a possibilidade de que António Mariano tenha sido um dos dois «subversivos» vindos do Congo a quem, em vários documentos confidenciais, as autoridades portuguesas atribuem as culpas pelo início da revolta. Aliás, também é possível que a designação do bizarro movimento messiânico que tomou conta das almas e dos corações dos trabalhadores do algodão – a «seita de Maria» – tivesse origem no nome do presumível líder, Mariano. Os incidentes nos campos da Cotonang ficaram igualmente conhecidos como «A Guerra de Maria».

Ainda que o envolvimento da organização chefiada por Holden Roberto nunca tivesse sido inteiramente esclarecido, a UPA permaneceria até hoje como o movimento mais associado à revolta. No passado dia 4 de Janeiro, durante as comemorações de mais um feriado nacional angolano, em memória dos «milhares de camponeses mortos», a FNLA (ex-UPA) voltou a reivindicar os louros da sublevação que alguns observadores consideram ter sido a antecâmara dos ataques de 15 de Março, quando os militares portugueses encontraram pela primeira vez um adversário verdadeiramente feroz.

[F.C.]



AERONAVES. Concebidos pelos americanos para a luta anti-submarina, os aviões PV-2 (em cima) foram os bombardeiros utilizados pela Força Aérea no ataque à Baixa do Cassanje. Ao lado, uma imagem do aeródromo militar do Negage.

Aérea desabafa, em mais uma carta para o Estado-Maior: «Foi este que veio cá e fez mais ou menos umas ameaças no quartel-general, dizendo que, se a tropa não punha as coisas em ordem e a tempo, a companhia [Cotonang] seria obrigada a desistir da cultura algodoeira, do que resultaria um grande prejuízo para o Estado...», escreve Pinto Resende.

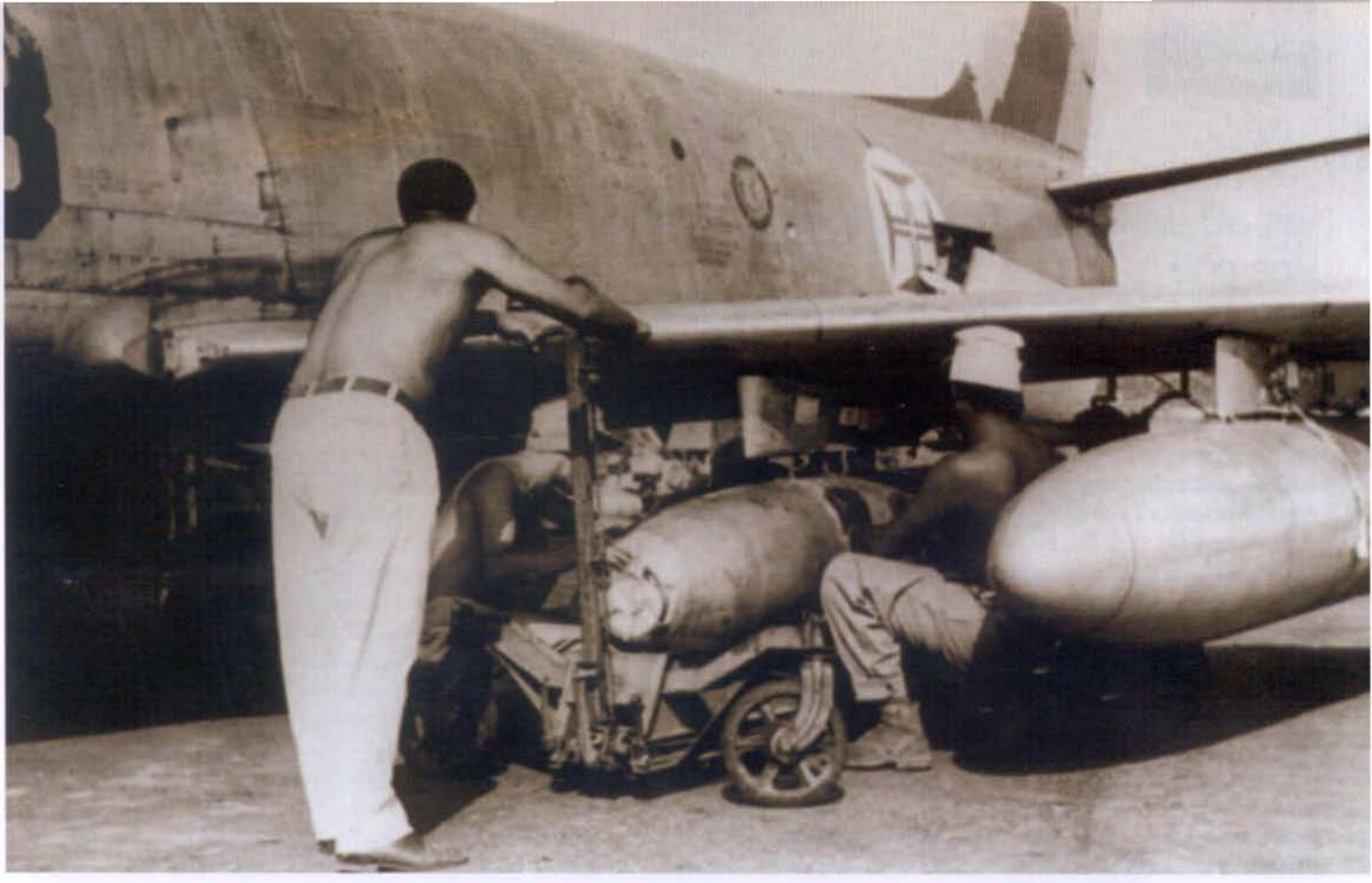
Na noite de 3 para 4 de Fevereiro, a Fortaleza do Penedo, onde fora instalada a cadeia militar de Luanda, é atacada por rebeldes. A capital estremece pela madrugada dentro. «Estivemos a ouvir o tiquetaque das metralhadores das onze da noite às sete da manhã», conta um inspector belga da Cotonang, num bilhete endereçado ao administrador Fonseca George horas depois do fim do tiroteio. O inspector Gustave Marin não denota qualquer surpresa pelos distúrbios da véspera: «A passividade demonstrada na Baixa do Cassanje encorajou outros a passarem à acção.»

Mas a passividade de que a Cotonang tanto se queixa está prestes a transformar-se numa retaliação enérgica das autoridades coloniais – e num morticínio, do qual o golpe inesperado em Luanda, o mesmo que marca o início da luta armada no Ultramar, ajuda a desviar as atenções.

A Força Aérea Portuguesa começa a instalar-se em África no final dos anos cinquenta. Salazar adivinha problemas nas colónias, pela vaga independentista que já atravessa todo o continente negro, e previne-se com a construção de estruturas aeronáuticas destinadas a aviões militares vindos da metrópole. Perante a iminência de uma reviravolta política no Congo Belga, Angola é a prioridade do governo. Em 1959, no âmbito do exercício «Himba», são deslocados para Luanda perto de duzentos efectivos da Força Aérea, entre tripulantes, pessoal de apoio e tropas pára-quedistas, para além de seis bombardeiros Lockheed PV-2 *Harpoon* e oito aviões de transporte Douglas C-47 e C-54, provenientes das bases de Montijo, Tancos, Portela e Lajes. A 19 de Abril, tripulações e aparelhos desfilam num festival aéreo que enche os céus do aeroporto de Luanda com a «largada de oitenta pára-quedistas», «voos rasantes para ataque com rajadas de metralhadora» e «demonstrações de ataque ao solo com bombas de *napalm* de 45 quilos» pelos PV-2. O fogo de vista tem os dias contados. Menos de dois anos depois, a Força Aérea Portuguesa faz a sua estreia em combate nas colónias portuguesas, quando os bombardeiros PV-2 são chamados a cortar o mal pela raiz nos campos de algodão.

As notícias que chegam ao Governo-Geral de Angola são cada vez mais alarmantes. Numa povoação do posto de Milando, «indígenas armados exigiram a saída dos europeus porque não querem lá mais brancos», conta ao telefone o governador de Malanje. E até a Diamang, no distrito da Lunda, já foi contagiada pela febre subversiva: cerca de seiscentos homens das prospecções mineiras do rio Cuango recusam-se a trabalhar para os senhores dos diamantes. A rebelião alastra a bom ritmo e a greve mantém-se de pedra e cal. Está em causa a soberania portuguesa, nesta região distante e historicamente problemática, mas também a saúde financeira da poderosa Cotonang. Urge tomar medidas drásticas. A pedido do governador Silva Tavares, as autoridades civis e militares de Luanda reúnem-se para debater a situação. «Concluiu-se pela necessidade de ocupar militarmente a região, designadamente onde existem europeus», informa o governador num telegrama para o Ministério do Ultramar, a 2 de Fevereiro. Uma segunda mensagem de Luanda chega ao ministério logo no dia seguinte: «Novas informações demonstram que os acontecimentos se estão precipitando com extrema rapidez, pelo que a situação assume já tanta gravidade que não se pode protelar mais uma acção militar enérgica.»

Na madrugada de 4 de Fevereiro, quando ainda se ouvem os tiros dos distúrbios em Luanda, os homens da 4.ª Companhia de Caçadores Especiais (CCE) embarcam com material e viaturas na estação de comboios do Bungo, na capital angolana, e põem-se a caminho de Malanje. Juntamente com a 3.ª CCE, há muito instalada nesta última cidade, fazem parte do Batalhão Eventual de Malanje e serão os primeiros militares a chegar à Baixa do



NAPALM. Militares colocam bombas de *napalm* num avião português. Dois anos depois de chegar a Angola, a Força Aérea utilizava pela primeira vez as célebres bombas incendiárias para reprimir o levantamento dos camponeses.

Cassanje. Na zona de Quela, as duas companhias separam-se e rumam a norte por percursos diferentes, passando pelos vários postos onde há notícias de insubordinações e tendo por objectivo a zona fronteiriça de Tembo Aluma. Pouco depois da partida, em Cunda-ria-Baza, a 4.ª CCE, liderada pelo capitão Teixeira de Morais e orientada pelo guia António Frade, depara com árvores caídas no caminho e sofre aquela que será a primeira emboscada do exército em toda a guerra do Ultramar. O cabo Figueiredo é atingido mortalmente e o cabo Baptista da Costa acabará por não resistir aos ferimentos. Nesse primeiro confronto, morrem seis revoltosos, 21 são feridos e outros 78 presos. Ao longo da operação, a 3.ª CCE, liderada pelo capitão Teles Grilo, descrito por um superior hierárquico como um homem «sério, valente mas pouco reflectido», irá mostrar-se implacável, provocando grande número de baixas. «A conduta da 3.ª CCE foi muito mais radical do que a da 4.ª», recordará o comandante do Batalhão Eventual de Malanje, Camilo Rebocho Vaz. «Apercebi-me disso à medida que recebia os rádios do fim da tarde, fazendo-me o relatório da actuação diária. É que o padrão médio das baixas causadas aos negros estava profundamente alterado, dado que deixou de haver feridos e prisioneiros. Os relatórios passaram a falar só em mortos.» A diferença entre o poder de fogo das duas partes é abissal. Mas, na crença de que as armas dos brancos não matam, os revoltosos avançam de peito aberto com os seus canhangulos, caçadeiras ou simples catanas contra as espingardas automáticas dos caçadores especiais. Como dirá Rebocho Vaz, morrerão assim «umas boas centenas de negros».

Os militares chegam a ficar atolados durante horas a fio nas picadas da Baixa do Cassanje. Em plena época de chuvas diluvianas, o mau estado dos caminhos dificulta a progressão do exército. A Força Aérea presta apoio aos homens no terreno em voos de reconhecimento e, à falta de comunicações terra-ar, larga mensagens em sacos com pedras que informam os soldados sobre a localização de grupos de rebeldes. Para além dos recados, os pequenos aviões Auster também largam granadas de mão sobre as aldeias onde se avistam concentrações de presumíveis revoltosos, num expediente do qual toma parte um oficial do exército sentado ao lado do piloto com um saco de explosivos aos pés. Mas a aviação não se limita a estas manobras rudimentares. E, ao contrário do que dirá a representação portuguesa ao presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano seguinte, nem a ordem foi restabelecida «por uma simples acção da polícia» nem os aviões militares «serviram apenas para missões de observação». Às 13h15 do dia 6 de Fevereiro, o tenente Carlos Alves descola da Base Aérea 9, em Luanda, aos comandos do Lockheed PV-2 n.º 4612, e bombardeia várias sanzalas na região de Cunda-ria-Baza, naquela que foi a primeira das 28 missões operacionais da aviação na Baixa do Cassanje. Em algumas delas, como confirmou à GRANDE REPORTAGEM um general da Força Aérea, foram usadas bombas de *napalm*.

«Os voos de mero reconhecimento feitos por avionetas militares eram aproveitados pelos agentes subversivos para fazerem a sua propaganda, dizendo que

«Não se tomaram em consideração as características guerreiras da tribo dos maholos. Fizemos deles agricultores de algodão, claro que à força, e agora estamos a deitar-lhes bombas em cima», diz o comandante da Região Aérea de Luanda.

«O CRISTO AFRICANO CONTRA O DIABO EUROPEU»

Sincretismos afro-cristãos

António Luís Ferronha *

É a própria cristianização do Congo que vai criar movimentos sincréticos, incluindo elementos do cristianismo e da religião tradicional africana, osmoses culturais expressadas e em expressão, que se manifestam contra a presença dos portugueses.

Foi relativamente fácil a introdução da religião monoteísta cristã no Congo já que estes povos, na sua religião tradicional, também acreditavam num Deus único e, por isso, havia uma ponte de comunicação.

É sempre numa situação concreta que o sagrado se manifesta. Religiosos pela sua forma e antieuropeus quanto à sua orientação, os movimentos afro-cristãos conferiam um matiz sociopolítico ao sincretismo. O Cristo africano contra o Diabo europeu – eis a sua essência.Aparece assim como um esforço de reestruturação e reorganização da sociedade, graças aos instrumentos modernos, mas apoiados na autêntica tradição congolesa. As doutrinas afro-cristãs constituíram a base da ideologia do «mobutismo» no antigo Zaire. Nas instituições e escolas os crucifixos de Cristo e retratos do papa foram substituídos pelos de Mobutu Sese Seko («único e eterno»).

Esta africanização da Bíblia, baseando-se em determinados textos bíblicos seleccionados, capazes de condenar o comportamento do europeu perante o africano, como, por exemplo, os referentes a David e Golias. Golias era o «gigante» europeu, arrogante, conquistador, ameaçador, e David o «pequeno» africano que no final seria o vencedor – serviu tanto como uma pedagogia da sujeição como uma psicologia da revolução.

A proveniência talássica do cristianismo provocou um estranho equívoco na mentalidade dos bacongos. É que na cosmogonia congolesa a estada dos defuntos situa-se na água e os espíritos dos antepassados encarnam no outro mundo em corpos brancos ou vermelhos. Saídos do mar os portugueses apareciam no domínio do sagrado, eram mesmo reverenciados como «deuses» na terra. Por essa razão os portugueses e a sua religião foram aceites pelas castas superiores do Congo.

E é precisamente neste «reino» que apareceu uma das primeiras formas assumidas destes movimentos messiânicos, a seita dos Antonianos (1704-06), fundada pela princesa Kimba Vita (baptizada D. Beatriz), movimento precursor das agitações políticas modernas, como o kibanguismo e os seus sucedâneos, caso do tocoísmo em pleno século XX.

Segundo esta seita, D. Beatriz, o seu profeta, anunciou-se como se tivesse ressurgido sob a hipóstase de Santo António. Este ter-lhe-ia dito que Jesus Cristo era africano e nascera em M'Banza Congo, capital do Congo, que era Belém, e que os apóstolos eram africanos, numa autêntica africanização da Bíblia. Numa topografia simbólica do Congo, afirmava que Cristo tinha sido baptizado no Nsundi, que era Nazaré. Teria tido encontros com Santo António, e os seus emissários, os «pequenos Santos Antónios», foram por todo o reino com a mensagem de Cristo, que seria africano e teria nascido em M'Banza Congo. Kimba Vita morreu queimada pela ortodoxia católica e pelo poder político congolês, mas a sua mensagem continuou.

Em 1905, Epikilipikili, um «mago» africano da região de Kassai, criou um «feitiço» novo capaz de congregar e proteger as pessoas contra as balas dos europeus, ideia que vai ser aproveitada mais tarde por várias forças revoltosas contra o colonialismo português, caso da UNITA, no Leste de Angola, na segunda metade do século XX.

A seguir, foi o kibanguismo, com o seu profeta Simão Kibangu, surgido no Zaire em 1921, e difundido na África Central e Angola. Era uma religião muito próxima da cristã, directamente influenciada pelo protestantismo, a que se poderá chamar de cristianismo paganizado, assumindo posições ferozmente iconoclastas contra o feiticismo e outras crenças ditas pagãs. Em Julho de 1949, um homem chamado Simão Toco, do Zombo, declarou a aparição de uma nova mensagem divina: «Todos os brancos tornar-se-iam negros e todos os tocoístas brancos, acabando o governo estrangeiro e cessando a exploração dos africanos.» Tocoísmo e kibanguismo são as duas faces da mesma moeda.

É a partir daqui que se cria um «anacronismo tribal» no sentido de tornar independente o antigo Reino do Congo. Todas estas seitas e movimentos messiânicos defendiam de facto a ideia de libertação pela acção divina ou de forças mágicas, numa mística de protesto, contestatária, conformista e reformista. Todas prometiam um mundo novo sem europeus.

Todo o poder é temporal, a sua astúcia é exercer em nome do espiritual e do ideal.

*** Historiador**

eram de Kasavubu e de Lumumba e que neles viajava "Maria"», escreve o inspector Manuel Martins no «apontamento secreto» n.º 34 do Gabinete de Negócios Políticos. «Sempre que sobrevoavam as sanzalas, a pouca altura, os indígenas cumprimentavam-nos com vénias e lançamento de terra para o ar.» Sobre o dia 7 de Fevereiro, o inspector acrescenta: «A pedido da Companhia de Caçadores Especiais [a 4.ª] foi executada uma missão aérea sobre algumas aldeias indígenas que parece ter provocado baixas.»

Quando não mata, o poder de fogo dos brancos amedronta os habitantes da Baixa do Cassanje. Muitos refugiam-se no Congo. A intervenção militar começa a surtir efeito. O telegrama que, a 10 de Fevereiro, chega do Governo-Geral de Angola ao Ministério do Ultramar denota um tom bem diferente dos anteriores: «As coisas estão a correr melhor em Malanje. As populações estão a apresentar-se [ao trabalho]. Estão com fome, já se mandaram alimentos. Na fronteira, a agitação continua. A tropa há-de lá chegar. A aviação tem actuado duramente fazendo muitas baixas.»

A «pacificação» é oficialmente declarada no final do mês de Fevereiro. No dia 11 de Março, a Agência Geral do Ultramar emite um comunicado para tentar calar as poucas vozes a quem chegam boatos de uma matança na Baixa do Cassanje. O documento fala em «desordens de carácter tribal», «organizadas e

A diferença entre o poder de fogo das duas partes é abissal. Os revoltosos avançam de peito aberto contra as metralhadoras dos soldados. **Morrem assim «umas boas centenas de negros»**, dirá o comandante do Batalhão Eventual de Malanje.

dirigidas por agitadores» vindos do exterior, e declara a impossibilidade de apurar o número de vítimas em virtude do pretenso costume dos povos da região de «ocultar os seus mortos».

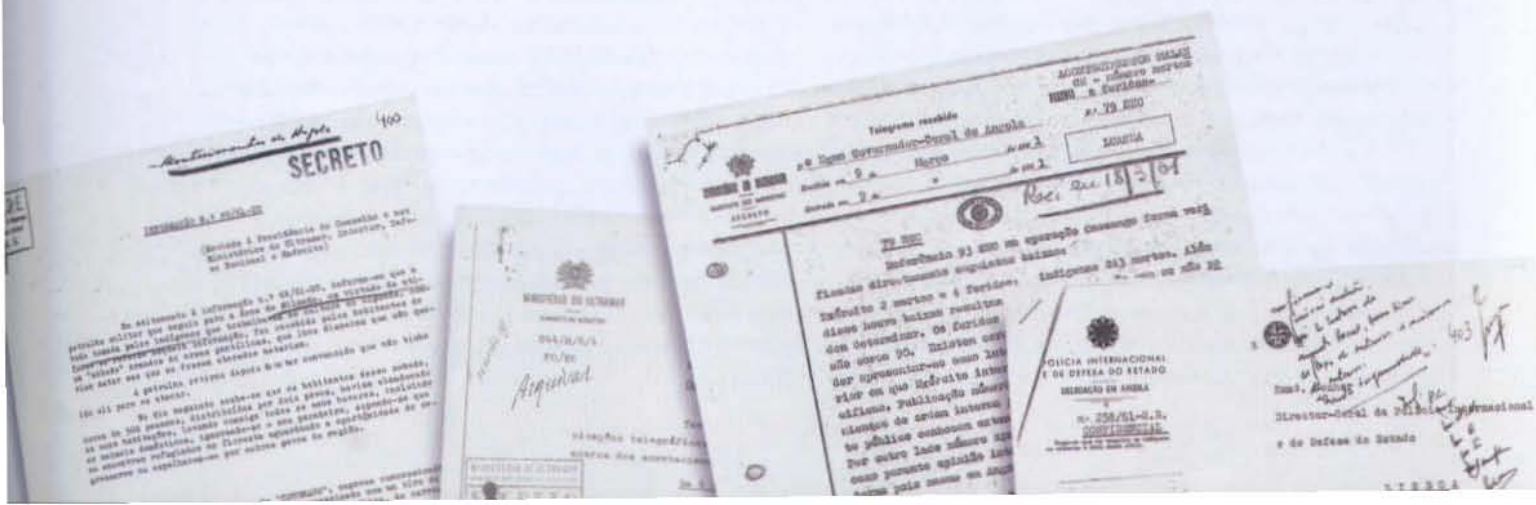
As linhas deste comunicado, que tenta colocar um ponto final no assunto, começam a ser preparadas no princípio de Março, quando os governantes portugueses tropeçam numa edição da *Newsweek* que traz uma notícia vaga sobre incidentes sangrentos na região de Malanje. Alertados, os responsáveis do Ministério do Ultramar apressam-se a comunicar com o governador-geral de Angola: «A nossa delegação da ONU precisa de estar preparada com a indicação do número de vítimas que será oficialmente admitido na hipótese de que o caso venha a ser discutido. Peço que informe por esta via os números que considere prudente estar preparado para admitir.»

Álvaro da Silva Tavares responde pelo telégrafo: «Na operação de Cassange foram verificadas directamente as seguintes baixas: exército, dois mortos e quatro feridos; indígenas, 243 mortos.» Mas, como logo ressalva, os 243 mortos, são apenas as vítimas causadas pelos tropas terrestres: «Além disso, houve baixas resultantes dos ataques da aviação, que não se podem determinar.» O governador avisa Lisboa que «a publicação de um número muito reduzido de baixas tem um inconveniente de ordem interna, porque o exército, as autoridades e parte do público conhecem a extensão e a importância da operação militar». No entanto, acresenta Silva Tavares, «o número aproximado da realidade não só avolumaria o caso perante a opinião internacional como alarmaria a opinião interna, pois mesmo em Angola muitas pessoas não têm a noção exacta do que se passou, julgando tratar-se apenas de uma mera questão de trabalho entre os indígenas e a concessionária algodoeira». Num rasgo de criatividade, o governador propõe: «Talvez se pudesse evitar a indicação dos números dizendo que não foram elevados mas não são conhecidos com precisão, por os indígenas terem recolhido os mortos e fugido com eles.» Silva Tavares termina o telegrama com uma cifra atirada para o ar: «Para o caso de se considerar conveniente ou necessário indicar os números, sugiro então catorze mortos indígenas no intuito de minimizar o caso.»

Um investigador português da guerra colonial não hesita em classificar os acontecimentos da Baixa do Cassanje como o «maior morticínio» de todo o conflito do Ultramar: «É essa a minha convicção.» Os 243 mortos africanos indicados no telegrama secreto do Governo-Geral de Angola não incluem as vítimas dos bombardeamentos, cujos números são desconhecidos mas que terão causado a esmagadora maioria das vítimas. De resto, apesar da dimensão da tragédia, os incidentes nesta região extensa e remota do distrito de Malanje estão entre os episódios mais obscuros e menos documentados da guerra do Ultramar.

No relatório da subcomissão das Nações Unidas formada em 1961 para avaliar a situação em Angola, as informações sobre os distúrbios de 4 de Fevereiro em Luanda e sobre os confrontos decorrentes dos ataques da UPA a 15 de Março são francamente mais abundantes do que as reservadas aos incidentes da Baixa do Cassanje. O documento, supervisionado pelo boliviano Carlos Salamanca, revela bem a escassez de dados obtidos pelos emissários da ONU ao referir que «a população em fuga foi bombardeada por aviões» e que, «embora o número certo de baixas seja desconhecido, o número de pessoas mortas foi muito significativo».

O francês René Pélissier, autor de vários livros sobre Angola, e o norte-americano John Marcum, perito em história angolana e presidente da African Studies Association, são talvez os únicos investigadores que aprofundaram com algum pormenor as causas e as consequências dos incidentes na Baixa do Cassanje. Marcum usa a expressão «centenas, talvez milhares de mortos» para traduzir a carnificina nos campos da Cotonang, enquanto Pélissier situa o número de baixas entre «algumas centenas» e os sete mil. Para estas estimativas, entre outras fontes, os autores recorrem a declarações do padre metodista americano Malcolm McVeigh, residente na Baixa do Cassanje na altura dos incidentes, do oficial piloto-aviador José Ervedosa, segundo o qual tinham sido destruídas dezassete aldeias e «queimados vivos cinco mil homens, mulheres e crianças» ou, ainda, de responsáveis da UPA, que avaliaram em sete mil o número de baixas. Sobre o excesso de violência exercida pelos portugueses, René



CONFIDENCIAL. Cópias de documentos secretos sobre a Baixa do Cassanje. Entre eles, o telegrama do governador-geral de Luanda que refere 243 mortos, fora as vítimas indeterminadas dos ataques aéreos.

«Na operação de Cassanje, foram verificadas directamente as seguintes baixas: exército, dois mortos; indígenas, 243 mortos. Além disso, houve baixas resultantes dos ataques da aviação, que não se podem determinar.»

Pelissier escreve que alguns revoltosos «terão sido enterrados vivos, pelo pescoço, e esmagados por *bulldozers*» ou, mais provavelmente, por tractores, em acções facilitadas pela «rigorosa interdição» da Baixa do Cassanje «a investigadores, quer fossem missionários metodistas ou, pior ainda, jornalistas de Luanda».

Seja como for, a verdade é que a primeira grande operação dos portugueses no Ultramar foi uma das mais mortíferas, senão mesmo a mais mortífera, dos treze anos de guerra colonial que as tropas ainda teriam pela frente. Ao contrário das investidas posteriores ao 15 de Março, em que os militares responderam à matança grotesca desencadeada pela UPA no Norte de Angola, os ataques à Baixa do Cassanje destinaram-se a pôr cobro a um levantamento relativamente pacífico e originado por uma causa justa. O Decreto n.º 43 639, de Maio de 1961, aboliu finalmente o regime obrigatório do cultivo do algodão e, ao fazê-lo, o Estado português não apenas admitia os defeitos do sistema em vigor na Baixa do Cassanje como acabava por conferir alguma legitimidade – tarde demais, é certo – aos protestos dos agricultores dizimados.

Nunca ninguém saberá quantos cadáveres ficaram espalhados pelos intermináveis campos de algodão da Baixa do Cassanje. Centenas ou milhares, já pouco importa. De resto, quantos mortos são precisos para se fazer um massacre?

Fontes: Arquivos PIDE/DGS; Arquivo Oliveira Salazar; Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Histórico da FAP; Arquivo Histórico-Militar. René Pélissier, *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola: 1926-1961*; John Marcum, *The Angolan Revolution*, Vol. 1: «The Anatomy of an Explosion (1950-1962)»; Edgar Cardoso, *Presença da Força Aérea em Angola*; Camilo Rebocho Vaz, *Norte de Angola 1961: A Verdade e os Mitos*; Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *Guerra Colonial*; Fernando Valença, *A Abrilada de 61*.

Créditos fotográficos: Arquivo do Círculo de Leitores, Fernando Farinha (p. 62), Arquivo da Força Aérea Portuguesa.

«O CHEIRO A MORTE PERDUROU POR MUITO TEMPO»

Memórias do Cassanje

O padre basco Raul Assua encontrava-se há dois anos na Baixa do Cassanje quando a revolta eclodiu. «Lembro-me de ter encontrado a cabeça de um desses propagandistas dependurada numa árvore. Mandei enterrá-la junto a um embondeiro», recorda este sacerdote diocesano então colocado na zona de Caombo.

O escritor António Mesquita Brehm, hoje com 75 anos, foi das poucas pessoas que conseguiu chegar à Baixa do Cassanje logo após a repressão das tropas portuguesas e que testemunhou o cenário de destruição provocado pelas bombas: «Todos aqueles aldeamentos, dipostos geometricamente ao longo dos caminhos, tinham sido destruídos», diz Mesquita Brehm que, na altura, era funcionário de uma multinacional em Malanje e soubera, por portas travessas, do ataque às plantações de algodão. «O meu amigo José Ervedosa, um dos oficiais pilotos da Força Aérea, contou-me, por diversas vezes, que lançara as bombas sobre zonas desertas, evitando assim atingir as populações indefesas, o que não impediu que outros camaradas cumprissem as determinações superiores à risca», conta o escritor à Grande Reportagem. «Outros relatos foram-me transmitidos por habitantes da Baixa do Cassanje refugiados no Congo que escaparam às bombas de *napalm* que tudo queimavam. Naquela época, falava-se para cima de cinco mil mortes, entre homens, mulheres e crianças.» Mesquita Brehm recorda que «nenhum jornalista ou missionário foi autorizado a visitar o lugar. E aqueles que o fizeram, como eu, fizeram-no a monte, iludindo a vigilância da PIDE». Acrescenta o escritor: «O cheiro a morte perduraria ainda por muito tempo.»

O padre basco Raul Assua encontrava-se há dois anos na Baixa do Cassanje quando a revolta eclodiu. «Os agitadores que vieram do Congo puseram aquela gente numa excitação tremenda», recorda este sacerdote diocesano então colocado na zona de Caombo. «Lembro-me de ter encontrado a cabeça de um desses propagandistas dependurada numa árvore. Mandei enterrá-la junto a um embondeiro.» Raul Assua, actualmente a viver em Bilbau, assistiu à exploração de que os agricultores eram vítimas e reconhece que se tratava de uma zona muito propícia a agitações: «Os preços praticados pela Cotonang eram demasiados baixos.» Considera o comportamento dos indígenas «relativamente pacífico». «Podiam ter morto o chefe do posto de Tembo Aluma e a mulher e, no entanto, deixaram-nos fugir.» Na área onde estava, diz o velho sacerdote, não presenciou nada que lhe sugerisse um massacre e, da aviação, só se recorda de «uns aparelhos muito velhos» e de alguns pilotos que conheceu «nesses dias de violência», muito embora tudo fosse possível naquela enorme planície de oitenta mil quilómetros quadrados, praticamente o tamanho de Portugal continental. O que mais impressionou Raul Assua foi mesmo o fanatismo que tomou conta dos indígenas. «Eles avançavam para a tropa aos berros de "Maria!" e os soldados corriam-nos a tiro. Diziam que as armas só deitavam água. Até amigos meus, negros, que faziam vida de caçador e estavam habituados a lidar com espingardas, acreditaram naquela farsa e morreram assim.» O padre só encontra uma explicação: «Deram-lhes a beber uma droga qualquer.»

[F.C.]

Silva Tavares.

«As nossas forças militares evitaram sempre travar combate»

O governador-geral e a revolta

No dia 1 de Julho, fizemos chegar um pedido de entrevista, por escrito, ao ex-governador-geral de Angola, Álvaro da Silva Tavares. Por solicitação do visado, acrescentámos ao pedido algumas das perguntas que pretendíamos colocar-lhe na entrevista. Não obtivemos qualquer resposta até ao dia 10 de Julho, quando recebemos um fax do Dr. Silva Tavares em que o ex-governador se pronunciava sobre as questões previamente enunciadas. Seguem as respostas na íntegra:

Quem, na sua opinião, esteve na origem da sublevação da Baixa do Cassanje, iniciada em Janeiro de 1961?

Essa sublevação teve início em 11 de Janeiro de 1961, na povoação de Milando, cujos habitantes, armados de espingardas de caça e armas gentílicas, se recusavam a trabalhar, invocando ordens de Kasavubu, presidente do Congo ex-Belga, e da deusa «Maria», revolta essa que seria dada por finda em 27 de Janeiro de 1961.

Ao mesmo tempo, em 8 de Janeiro de 1961, partira de Lisboa o paquete *Santa Maria*, que iria ser tomado pelo capitão Henrique Galvão, em 20 de Janeiro de 1961, em plena fase da rebelião da Baixa de Cassanje. Tendo-se espalhado a notícia de que o navio se dirigia para Angola com forças armadas que nele teriam embarcado, afluíram a Luanda mais de uma centena de jornalistas e fotógrafos, operadores de cinema e de televisão, todos estrangeiros. De Lisboa, em 24 de Janeiro de 1961, o ministro do Ultramar, almirante Lopes Alves, comunicava telegraficamente o facto e dizia mesmo que «deve tratar-se de uma tentativa de golpe de força com agitadores vindos das Antilhas, dirigido contra algumas parcelas do território português» e acrescentava, até, que «é necessário tomar precauções de acordo com as autoridades militares, a fim de evitar surpresas de um desembarque e um ataque armado». Em 2 de Novembro de 1961, soube-se que o paquete se dirigia para o Recife.

Internacionalmente, o presidente Kennedy tomava posse em 20 de Janeiro de 1961, e em 1 de Novembro de 1961 era o presidente Jânio Quadros que tomava posse no Brasil.

Aquando do início da rebelião, foram enviadas para a Baixa do Cassanje duas companhias de caçadores especiais, sediadas em Malanje, depois reforçadas com uma de Luanda.

Em virtude da tomada do *Santa Maria*, por Henrique Galvão, considerou-se absolutamente inconveniente o empenhamento das nossas diminutas forças militares em combates junto da fronteira terrestre e longe da fronteira marítima, durante o período em que se ignorava o que poderia advir da acção no referido paquete, pelo que foram dadas ordens, terminantes, no sentido de se evitarem combates militares. Por isso, as nossas forças militares, embora se vissem envolvidas por multidões de nativos ameaçadoras, evitaram sempre travar combate e, quando se viram em perigo, dispararam para o ar e, por outro lado, os aviões militares lançaram as suas bombas, também ao lado dessas multidões, procurando amedrontá-las, mas sem produzir baixas. Precisamente isso, em vez de amedrontar os rebeldes e os demover de prosseguir a rebelião, teve efeito contrário.

A rebelião foi promovida por agentes vindos do vizinho Congo, cujo partido, o PSA (Partido Solidário Africano), de tendências comunistas, de início, enfeudado à Abako, de que se separou mais tarde e veio a enfraquecer em resultado de dissidências internas. Julgo que o PSA acabou mesmo por desaparecer. Os agentes vindos do Congo ex-Belga apregoavam a existência de uma nova deusa «Maria», a qual apoiava os negros e era contra os brancos. Era, aliás, o que, segundo diziam, constava do segredo de Fátima.Por sua vez, os feiticeiros não só corroboravam a existência da deusa «Maria», mas afiançavam que todos aqueles que nela acreditassem eram invulneráveis às balas, garantindo que as armas dos brancos não tinham efeito, pois só disparavam água, e que eles, brancos, eram «caca de galinha». René Pelissier, no seu livro de cerca de 500 páginas, *La Colonie du Minitaure*, descreve, pormenorizadamente, essa nova religião, em que os nativos acreditaram inteiramente.

Por isso, o facto de as bombas dos aviões e dos disparos das armas das nossas tropas não matarem ninguém só vinha confirmar essas superstições e promessas pregadas pelos feiticeiros. Daí que os rebeldes aumentassem de ousadia, se tornassem cada vez mais agressivos e acabassem por iniciar a guerra, disparando sobre as nossas tropas, ao mesmo tempo que as insultavam e diziam que não lhes metiam medo, pois as balas dos brancos não matavam.

Cercadas, insultadas e ameaçadas, as nossas tropas tudo suportaram, mas quando foram agredidas tiveram de disparar como último recurso, em defesa própria.

O balanço total das baixas da rebelião da Baixa de Cassanje, além das dos civis, foi de dois mortos e quatro feridos nas nossas tropas, e de 71 mortos e 41 feridos nos revoltados, segundo o que consta da *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 1961-1974*, 6.º Volume, Tomo I, página 150. Assim, em face das baixas sofridas, os rebeldes deixaram de acreditar que eram imunes, pois contra factos não há argumentos possíveis e aí começaram as rendições. A desmoralização entre os rebeldes alastrou rapidamente.

Para se compreender melhor a eclosão da rebeldia dos povos da Baixa de Cassanje, é forçoso conhecer algo da sua história. A Baixa de Cassanje é uma região situada na margem esquerda do Cuango e que foi, até 1911, um «jagado», do nome de «jaga» por que eram conhecidos os seus régulos, que não reconheciam a soberania portuguesa, o que impedia a livre passagem do rio aos nossos comerciantes, fechando, assim, na sua mão, o lucrativo comércio das regiões do Leste. As mercadorias do Leste e para o Leste tinham de lhe pagar direitos. Estabeleceu-se, então, aí, uma «feira» onde os conflitos eram frequentes, até porque aí se acoitavam bandidos e criminosos, fugidos das regiões portuguesas e limítrofes. Uma coluna comandada pelo tenente-coronel Casal foi massacrada, tendo sido abatido o seu comandante, e só em 1911, como se disse, foi vencida a resistência aos «bangalas», que entregaram as insignias do Estado Bangala, que eram os incisivos dos jagas mortos.

Nessa região havia práticas de antropofagia, e até na sucessão dos jagas elas se verificavam, como, aliás, sucedia na região dos dembos, nome dos sobas a norte do Cuanza, área do café, que, como refere Henrique Galvão no seu livro *Antropófagos*, conviveram com os demais congoleses, «mastigando-se uns aos outros».

Um angolano de Malanje, então imigrado no Congo e chamado António Mariano, é frequentemente apontado como o líder da rebelião. Este nome diz-lhe alguma coisa?

Nunca ouvi falar desse nome.

As autoridades portuguesas da altura chegaram a encarar estes incidentes como o início da guerra de independência de Angola, ou interpretaram-nos apenas como um acto isolado?

Na altura, é óbvio que não se conhecia o que hoje se sabe sobre o assunto, que é extremamente complexo, mas que a colonização estava em causa era de plena evidência. O nosso problema era o de nos prepararmos paa os eventos esperados e era isso que se estava diligenciando fazer.

Quando, em 1945, fui nomeado delegado do procurador da República, na Guiné, passou-se o seguinte: tinha sido designado para esse cargo mas para a comarca do Bié, em Angola, pelo ministro da Justiça, professor Manuel Rodrigues, que estava a substituir o ministro do Ultramar, professor Marcello Caetano. Porém, quando a respectiva portaria foi para assinatura, este já tinha regressado da sua viagem a África, e convocou-me para lhe ir falar. Na conversa que teve comigo, deu-me conta da sua orientação sobre a poli-

tica colonial. Segundo me disse, finda que estava a Segunda Guerra Mundial, com a vitória americana, a política colonial iria obedecer aos princípios por ela, América, definidos. Ora, os Estados Unidos da América, quer por tradição quer por conveniência, eram anticolonialistas, e para tal tínhamos de estar preparados. Para tanto, nomeara para governador da Guiné o então comandante Sarmento Rodrigues, um jovem e muito culto oficial da marinha, politicamente independente e de espírito aberto à reforma da nossa política colonial. Pretendia que eu o ajudasse, como seu consultor jurídico e membro do Conselho do Governo, por isso, me ia nomear para a Guiné. E foi, efectivamente , na Guiné, sob a égide do Sarmento Rodrigues e inspiração de Marcello Caetano, que iria ter início a «escola» de política ultramarina, que esteve na base dessa nova política, a que Sarmento Rodrigues, como futuro ministro, iria dar forte impulso.

No meu discurso de posse de governador-geral de Angola, a 15 de Janeiro de1960, em Lisboa, já procurara frisar que não tinha ilusões e que caminhava de olhos abertos, para uma situação em que tudo se podia esperar. Disse nomeadamente: «No mundo actual não há, naturalmente, compartimentos estanques, e as repercussões do que se passa no exterior são inevitáveis» o que foi compreendido, perfeitamente, na imprensa estrangeira especializada. E como, aquando da revolta da Baixa do Cassanje, entretanto, já se tinha verificado a independência do Congo e a acção de Lumumba, eram de esperar repercussões em Angola e, como tal, foi interpretada essa revolta e, aliás, eram os próprios revoltados a falar de Lumumba e de Mobutu.

O governador-geral tinha conhecimento das condições de trabalho e de sobrevivência dos trabalhadores da Cotonang?

A pergunta, tal como é formulada, admite como assente que as condições de trabalho eram indesejáveis e que isso teria dado origem à revolta. O que estaria por saber, parece, era se eu conhecia a situação.

Devo dizer que fui nomeado governador-geral de Angola quando era subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e que, portanto, tinha o dever de estar a par do que se passava em Angola, designadamente dos problemas do café e do algodão. Para enfrentar, desde logo, os problemas de Angola, levei comigo um inspector administrativo, o Dr. Júlio Monteiro, que veio a ser governador de Malanje.

O problema do café, quanto ao trabalho, era em grande parte devido ao facto de os negros da região quererem tratar das suas plantações ou das dos seus familiares e, portanto, não estarem disponíveis para fazendeiros estranhos. Aceitaram-se as suas razões, e proibiu-se qualquer espécie de pressão sobre os trabalhadores locais, e passaram a ser recrutados trabalhadores nas regiões do Sul, designadamente os bailundos. Promoveu-se a demissão do governador do distrito, e substituíram-se algumas das autoridades administrativas, suspeitas de entendimentos com os colonos.

Foram esses bailundos que não escaparam à fúria dos insurrectos do Uíje, em cuja revolta, iniciada em 15 de Março de 1961, morreram, juntamente com os colonos brancos – por cada branco morreu cerca de uma dezena de negros. Aí nascia a UNITA e a guerra civil angolana, em função do massacre dos negros vindos do Sul.

São bem conhecidos os actos de barbárie então praticados, em que homens, mulheres e crianças foram abatidos. Crianças com as cabeças esmagadas contra as paredes, mulheres violadas e esventradas e com os seios amputados, e homens serrados vivos nas serras mecânicas para as árvores.

Fechado o parêntesis quanto a este apontamento sobre o café, importa responder à pergunta quanto ao algodão que é o que, na Baixa de Cassanje, podia ter estado em causa.

Tratei do assunto logo que cheguei a Luanda, com o delegado da Junta do Algodão, e assentou-se em que era necessário melhorar as condições dessa cultura. Para tanto, entendeu-se que um dos trabalhos mais penosos da cultura era o combate às pragas. Pragas essas que em muito diminuíam a produtividade e afectavam a qualidade do algodão. Por sua vez, o algodão esgotava os solos, pelo que era indispensável promover uma rotação de culturas, estando indicada a do amendoim, que fixa o azoto ao terreno, enquanto a do algodão o esgota. Outro meio para interessar o agricultor era o do aumento do preço, o que se impôs à Cotonang, obrigando-a a que aproveitasse a semente do algodão, extraindo localmente o respectivo óleo, o que constituía um novo rendimento que permitia e justficava o aumento do preço aos agricultores nativos. Por sua vez, considerou-se, também, indispensável que a Cotonang não exigisse que os nativos cultivassem, contra a sua vontade, áreas de terreno demasiado vastas e que fosse equitativa na avaliação da qualidade do produto, factos esses sobre que devia incidir rigorosa fiscalização.

Para garantia destas medidas, que foram imediatamente implementadas, nomeou-se um novo governador de distrito, o Dr. Júlio Monteiro, cabo-verdiano, bem conhecido pelas suas posições em defesa dos interesses dos negros. É de referir que a Cotonag era uma empresa com capitais da Diamang, e que se esta se envolveu na cultura do algodão foi por imposição do governo, que pretendia facultar aos nativos um meio de trabalho e maior rendimento. Aliás, nem os agricultores da Baixa do Cassanje se queixaram das novas condições de cultura nem em mais nenhuma região de Angola, onde se cultivava o algodão, se verificaram queixas .

Tudo foi imediatamente estudado e feito para tornar mais rendível e fácil a cultura do algodão, tornando possível o sensível aumento do seu preço, enquanto se facilitava o trabalho do agricultor e o aumento da produção, pelo combate gratuito às pragas com avionetas. Tudo se fez, pois, para ocorrer às reivindicações dos trabalhadores, muitas das quais se foram processando, a médio prazo, como foi o caso da rotação das culturas. Houve, pois, uma séria vontade de ajudar as populações, e não só quanto ao algodão e ao café, mas também quanto à produção de carne, à pesca e sua industrialização e, em especial, quanto à obra imensa do milho no planalto, cujas exportações aumentaram extraordinariamente, e cuja qualidade se impôs internacionalmente, para não falar de outros produtos menores, como o arroz, o amendoim e o sisal, entre muitos outros produtos. E foi assim em todos os sectores da economia angolana, incluindo a construção de bairros populares por todas as cidades de Angola, além de Luanda.

Mas se fosse só eu a dizê-lo, haveria sempre quem pensasse que se estava a puxar a brasa à sua sardinha.

Muitos têm procurado justificar a revolta de Angola com a violência da colonização e do trabalho forçado dela decorrente, e que era uma justificação para atacar o chamado colonialismo português. Por mais que Portugal se defendesse, tudo continuaria na mesma, se não fosse o inquérito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), departamento da ONU, que não se podia considerar favorável a Portugal. Depois dele, a campanha continuou mas, significativamente, ninguém procurou contestar as conclusões do inquérito que resultou de uma queixa do Gana, apresentada poucos dias após o assalto de Luanda em 4 de Fevereiro de 1961, acusando Portugal de, nos territórios da Guiné, Angola e Moçambique, não cumprir a convenção que impunha a abolição do trabalho forçado, apesar de a ter assinado. Foi nomeada uma comissão constituída pelo suiço Paul Rugger, o uruguaio Henri Armand e o senegalês Isaac Forrester, ainda eu era governador-geral de Angola, que chegou à província, onde percorreu 4200 quilómetros, seguindo depois para Moçambique. No seu relatório, essa comissão concluiu que: as visitas se haviam desenrolado em condições que permitiam ouvir livremente autoridades e trabalhadores escolhidos pela prórpria comissão, que recebera plena cooperação das autoridades; a existência de recrutamento ou trabalho sob contrato não implicava o recurso ao trabalho forçado nem representava violação das regras internacionais; um governo não podia ser considerado como faltando às obrigações internacionais pelo facto de se verificarem violações isoladas e que eram objecto de procedimento disciplinar ou judicial adequado; a comissão ficou absolutamente convencida da boa fé do governo português

em procurar melhorar as condições humanas de trabalho nos seus territórios, e rejeitou, como desprovida de qualquer fundamento, a alegação do governo do Gana de que Portugal havia ratificado a convenção unicamente para iludir as aparências da sua brutal política de trabalho; o governo português, desde que ratificara a convenção, tinha posto em prática determinações legais sobre o trabalho e a sua inspecção; não se provou a existência de trabalho forçado em empresas públicas ou privadas; a comissão ficou vivamente impressionada com os importantes sinais de desenvolvimento económico e social construtivo, o que, considerou, só por si absolvia o governo de todas as acusações infundadas.

Apesar disso, continuou-se a insistir nas acusações, nomeadamene em relação ao algodão. Mas porquê, de todos os problemas de Angola, incluindo os do café, a propaganda adversa insistiu sobremaneira sobre o algodão? Será porque o algodão de Angola surgiu como alternativa ao do Egipto, cuja produção havia sido nacionalizada por Nasser, em 1956, criando graves dificuldades à indústria têxtil inglesa? Será porque essa propaganda interessava para atingir as empresas ligadas à produção de algodão de Angola: a Cotonang, com capitais da Diamang, onde se encontravam investidos avultados capitais belgas, e que, por sua vez, estava ligada à De Beers?

De facto, sem essas razões especiais não se compreende a insistência de alguns, que, afinal, apenas são o eco do que ouviram, as coincidências são demais para não suscitarem sérias suspeitas de relação com os conflitos de interesses entre a Inglaterra, o Egipto e a União Soviética, não apenas quanto ao algodão, mas também quanto aos diamantes.

Qual o peso da Cotonang na sociedade angolana de então? Que tipo de influências exercia junto das autoridades (sendo que um dos seus vice-presidentes era deputado da nação)?

O peso da Cotonang era, afinal, o da Diamang. Politicamente, sob a presidência de Salazar, penso que era evidente que a nível nacional as empresas não tinham outro peso além do que resultasse do interesse nacional.

Ao partir para Angola, ao falar com Salazar, disse-lhe designadamente que havia que intervir junto da Diamang, ao que ele respondeu encolhendo os ombros. Efectivamente, uma das primeiras medidas que tomei foi de ordenar a elevação dos salários aos seus trabalhadores, medida essa que teve tanta repercusão entre os meios nativos, que houve batuques por toda a Luanda.

A subida dos salários na Diamang repercutiu-se imediatamente na subida dos salários no Leste e no Sul de Angola e seguidamnete alastrou por toda a província, incluindo os assalariados da função pública. Talvez o facto tivesse contribuido para o ambiente de paz generalizado que se foi mantendo com as excepções das regiões especiais dos dembos e dos jagas das fronteiras com o Congo ex-Belga.

Contra essa decisão da subida dos salários, o representante em Angola da companhia insurgiu-se logo, mas dai a dias o comandante Vilhena, como presidente da Diamang, enviou expressamente de Lisboa um seu representante para me assegurar que a companhia queria colaborar com o governo e iria cumprir o por mim determinado, mas que me pedia para não queimar as etapas. Respondi-lhe que bem sabia que, quando pagasse tudo quanto era devido, não podia pagar mais e fiquei-me por ai. Quanto a mim, fui julgado após o 25 de Abril através de um inquérito disciplinar onde, segundo o conselheiro instrutor, não só nada tinha sido provado em meu desabono, como se tinha provado que sempre cumprira os meus deveres.

Interessa, porventura, referir que o professor Adelino Palma Carlos, como primeiro-ministro, após o 25 de Abril, quando eu pus o meu lugar de presidente do Supremo Tribunal Administrativo à disposição, mostrou-me o desejo de que eu continuasse. Respondi-lhe que nem ele estava em condições políticas de me manter num lugar de confiança nem eu de o desempenhar. De mim diriam que tinha aderido e dele que, pelo menos, contemporizava com o passado, atraiçoando a revolução. No prosseguimento da conversa, mostrou-se muito apreensivo com o que se estava a passar no Ultramar, e confidenciou-me mesmo que já ali chamara o Dr. Mário Soares, para lhe mostrar, de forma formal, a sua discordância.

Mas, pouco depois, A. Palma Carlos deixava o cargo e, como os tribunais administrativos passaram para a alçada do Ministério da Justiça, o respectivo ministro, Salgado Zenha, meu conhecido do escritório em que ele trabalhava com o meu condiscípulo e companheiro de carteira, desde o liceu, Manuel João da Palma Carlos, havia de me aconselhar, em referência ao meu ofício em que punha o meu lugar à disposição, a pedir a aposentação. A propósito, disse-me ele que era uma imposição da política definida pelos militares que personificavam a revolução e detinham o poder.

Os incidentes da Baixa do Cassanje são frequentemente associados, em diversas obras sobre a guerra colocial, a um autêntico massacre. Que comentário lhe merecem essas observações? Acha que os militares se excederam na repressão da revolta? Qual o número oficial de baixas apurado após a pacificação da zona?

Essas perguntas já foram respondidas.

Como é que explica que os acontecimentos da Baixa do Cassanje tenham sido tão pouco falados na altura, sendo que nenhum movimento nacionalista os aproveitou politicamente?

Penso que os acontecimentos da Baixa de Cassanje são pouco falados e não foram aproveitados por nenhum movimento nacionalista angolano, em primeiro lugar, porque não têm qualquer base e, em segundo lugar, porque o PSA (comunista) desapareceu e, hoje, do comunismo já ninguém quer falar. E talvez também porque a cultura do algodão não oferece actualmente nem melhores condições nem, comparativamnete, melhor preço, pelo que falar no assunto redundaria no elogio à política portuguesa de então.

Depois de receber estas respostas, a GRANDE REPORTAGEM convidou Álvaro da Silva Tavares a comentar o conteúdo de alguns documentos que, entretanto, tinhamos obtido, nomeadamente os telegramas do governador-geral para Lisboa em que se refere o número de 243 mortos e se declara que «a aviação tem actuado duramente fazendo muitas baixas». Silva Tavares fez-nos então chegar um novo fax: «(...) não vejo qualquer contradição ou oposição entre o que disse na entrevista e o que consta dos meus transcritos telegramas», escreveu o ex-governador-geral de Angola.